

RESENHA/REVIEW

KATO, Mary Aizawa & NASCIMENTO, Milton do. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil – Volume III – A construção da sentença*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Resenhado por/by: Juliana Esposito MARINS
(Doutorando do PPG em Letras Vernáculas - UFRJ)
E-mail: juespmarins@hotmail.com

O terceiro volume da *Gramática do português culto falado no Brasil* é o resultado dos estudos linguísticos do Subprojeto “Relações gramaticais no português brasileiro falado” (RGPBF), inicialmente coordenado pelos Profs. Drs. Fernando Tarallo e Mary Kato (UNICAMP) e continuado após a morte do Prof. Tarallo pela Prof^a. Mary Kato com a colaboração dos Profs. Drs. Charlotte Galves (UNICAMP) e Milton do Nascimento (UFMG) e inúmeros alunos, hoje professores das melhores universidades do país. O terceiro volume, que descreve os fenômenos sintáticos do português brasileiro (PB) a partir de dados coletados do *corpus* compartilhado do Projeto NURC, foi organizado por parte dos pesquisadores do RGPBF, com a colaboração de outros, que se juntaram ao projeto na fase de consolidação dos resultados.

A priori, a publicação destina-se a um leitor “*não-especialista em linguística formal, mas aberto a inovações conceituais, terminológicas e técnicas, que fogem aos usos convencionais da gramática tradicional.*” (pp. 2). Outro aspecto é que o livro não apresenta caráter normativo, mas descritivo. Assim, o leitor encontrará um elenco dos usos que, de fato, compõem o inventário da variedade culta do PB, mas não um conjunto de regras do bem falar e do bem escrever. Os organizadores deixam claro que partem de dados produzidos pelos falantes (ou seja, dados da Língua-E) para propor generalizações sobre os mecanismos subjacentes a esses enunciados: a Língua-I (Chomsky, 1986).

O volume está organizado em seis capítulos: o primeiro, *A arquitetura da gramática*, traz um breve percurso dos estudos gramaticais, desde a Grécia antiga até as concepções de Chomsky sobre a estrutura interna da

D.E.L.T.A., 27:2, 2011 (363-370)

sentença e sua periferia esquerda. Os demais capítulos apresentam uma estrutura interna semelhante: primeiramente, é mostrado o tratamento do tema abordado sob a perspectiva da tradição gramatical; em seguida, os autores apresentam a visão a ser adotada no volume, preocupando-se em ilustrar com dados da amostra de fala culta as formas pelas quais os elementos descritos são representados no PB; e, por fim, há uma sistematização formal mais aprofundada, nos moldes gerativistas. Assim, o segundo capítulo, *Complementação*, discute a tipologia dos verbos em função de seus complementos, os argumentos internos dos predicadores verbais, e o modo como se realizam/se comportam no uso. Na sequência, o capítulo sobre *Predicação* trata da tipologia do sujeito – com grande destaque para a representação do sujeito pronominal –, da ordem dos constituintes na sentença, da concordância entre sujeito e verbo e das construções de tópico marcado. O capítulo quatro, *Adjunção*, mostra a diferença entre adjuntos e argumentos e, a partir de então, abre-se sua descrição quanto à forma, função semântica e diferentes posições na sentença. Já no capítulo cinco, sobre *As construções-Q*, são descritas *orações adjetivas restritivas* (a padrão, a cortadora e a com resumptivo) e *relativas livres*, as *orações clivadas e pseudo-clivadas* e seus subtipos, e as *orações Interrogativas-Q*. O último capítulo mostra a *Interação entre adjuntos e discursivos*, a partir de observações sobre a relação entre os processos de Complementação e Predicação, de um lado, e de Adjunção, de outro.

No primeiro capítulo do volume, *A arquitetura da gramática*, Kato & Mioto mostram como se desenvolveram os conceitos gramaticais da antiguidade aos dias atuais, apontando importantes pontos de ligação entre concepções aristotélicas, como a “descoberta” de categorias gramaticais (como Tempo), com inovações e ganhos advindos das contribuições do Estruturalismo e da Teoria Gerativa. É neste capítulo que os autores introduzem a nova arquitetura da sentença a partir da lógica de Frege, uma perspectiva diversa da lógica das proposições de Aristóteles. A sequência do capítulo é uma preparação para o que será visto nos capítulos subsequentes: a relação de predicação, em que se evidencia o importante papel da morfologia na organização sintática da sentença; o papel do verbo de ligação; a relação de complementação, mostrando basicamente a oposição entre sujeito e complemento, a quantidade de argumentos que um predador pode projetar e a questão da marcação de caso; a noção de adjunção, mostrando que o adjunto se agrega a um constituinte da sentença sem alterar seu estatuto categorial ou sua projeção, razão pela qual, ao contrário

do que acontece com os argumentos, podem aparecer em número indeterminado; a periferia esquerda da sentença, lugar em que encontramos os tópicos marcados, os complementizadores, os pronomes interrogativos e relativos (palavras *QU-*).

Cyrino, Nunes & Pagotto, autores do capítulo *Complementação*, iniciam a discussão a partir das considerações tradicionais sobre a diferença entre sujeito e complementos e apontam as fragilidades dos conceitos apresentados nessas abordagens, que, ora alegam que sujeito é agente e o complemento, paciente da ação expressa pelo verbo, ora lançam mão da questão da concordância entre sujeito e verbo (mas não entre complementos e verbos) para definir a diferença. É, então, apresentada a noção de complementação adotada no volume, com a tipologia dos verbos em função da sua grade argumental. São descritos os verbos que não selecionam argumentos, os transitivos, os bitransitivos, os inacusativos e inergativos, os verbos de alçamento e os verbos leves. Nesse ponto são trazidas à discussão concepções gramaticais advindas de versões mais recentes da Teoria Gerativa, a serem explicitadas mais adiante. O próximo ponto tratado é a forma que os complementos podem assumir. Os autores identificam três possibilidades de manifestação do argumento interno: uma sentença, finita ou infinitiva, um sintagma nominal ou um sintagma preposicional. Aqui, dedicam-se a fazer uma detalhada descrição do comportamento dos complementos no português brasileiro, sobretudo no tocante à representação do objeto anafórico. Mostram que, dadas as modificações no quadro pronominal, o PB exhibe preferência por complementos foneticamente nulos ou por SNs anafóricos, sendo menos frequentes os clíticos e os pronomes plenos de terceira pessoa na posição de objeto. Por fim, os autores fazem uma sistematização formal das estruturas de complementação. Destaque-se, nesse ponto, a generalização dos verbos leves (também referidos como verbos-suporte em outros quadros teóricos) nas estruturas com verbos transitivos. Aqui os autores se valem da noção de verbo leve de acordo com os pressupostos do Programa Minimalista para resolver inconsistências teóricas pontuais de fases anteriores da Teoria Gerativa, oferecendo um suporte estrutural para a diferenciação entre verbos transitivos, inacusativos, inergativos e, ainda, resolvendo o caso dos verbos bitransitivos.

O terceiro capítulo, escrito por Berlinck, Duarte & Oliveira, trata das relações de *Predicação*. Seguindo o formato já mencionado, as autoras tratam da noção de sujeito segundo as gramáticas tradicionais, apontando

algumas inconsistências na conceituação de sujeito e predicado. Em seguida, explicitam a noção de sujeito, de cunho estrutural, a ser usada no volume e apresentam a relação entre a concordância verbal e a ordem dos constituintes na sentença. A presença de marcas de concordância se mostra suscetível à natureza seletiva dos verbos, como revelam inúmeras pesquisas sobre o PB. Com verbos inergativos e transitivos, por exemplo, como a ordem SV aparece com maior frequência, as marcas de concordância tendem a ser igualmente mais frequentes (e praticamente categóricas na amostra da fala culta). No caso de verbos inacusativos, como o sujeito é, na verdade, o argumento interno, e a ordem VS é favorecida, já se observam ocorrências de ausências de marcas de concordância. Na seção que trata das realizações do sujeito pronominal, as autoras fazem uma longa descrição sobre o atual estágio do PB, mostrando as consequências da remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) encontradas nos dados. Iniciam pelos sujeitos de sentenças finitas: os de referência definida; indefinida (ou indeterminada); de referência “estendida”, aqueles que retomam partes maiores do discurso, e só podem ser nulos ou retomados por um demonstrativo neutro (isso); e finalmente os sujeitos não argumentais (não referenciais), passando pelos verbos climáticos, verbos de alçamento e sentenças com *ter* e *haver*. Em todas elas, as autoras verificam a tendência ao aparecimento de elementos à esquerda do verbo. É interessante ressaltar a descrição sobre o surgimento no PB de estruturas pessoais com o verbo *ter* existencial, o que contribui para a crença de que o PB caminha rumo ao preenchimento da posição de sujeito. Essa seção é encerrada com uma descrição da posição do sujeito referencial nas sentenças não finitas. Na seção seguinte, as autoras tratam das estruturas de tópico marcado. Indicam as características das diferentes possibilidades de construções de tópico, a saber, o anacoluto, o deslocamento à esquerda (DE), a topicalização, o tópico-sujeito e o antitópico. Por fim, as autoras ainda apontam a relevância de estudos no âmbito da GPFCB, como o de Callou (1993), não só no que se refere à distribuição tipológica das estruturas de tópico, quanto às questões prosódicas a elas relacionadas. O referido estudo mostra, por exemplo, que o padrão entoacional, ainda que não idêntico, não distingue topicalização e DE. Outro aspecto que merece destaque é o confronto entre estruturas de sujeito/predicado e tópico/comentário. Ainda que as primeiras tenham apresentado um comportamento entoacional mais neutro, verificou-se predominantemente a ausência de pausa para ambas. O capítulo se encerra com a sistematização formal de todas as estruturas descritas ao longo do seu desenvolvimento.

No capítulo relativo à *Adjunção*, Rocha & Lopes definem as propriedades que caracterizam os adjuntos, levando em conta o fato de não serem selecionados por um predicador: ao contrário, “escolhem” e expandem o elemento a que se adjungem (sem alterar seu estatuto categorial). As autoras descrevem a forma, a função e a posição dos adjuntos na amostra analisada, mostram que eles podem ocorrer sob a forma de advérbios, Spreps, Spreps sem núcleo e, ainda, sob a forma de sentenças finitas ou reduzidas de gerúndio, miniorações e subordinadas sem complementizador, uma descrição de fato indispensável para uma melhor compreensão dessa classe tão carente de um tratamento refinado. A partir dessa detalhada descrição as autoras podem, então, relacionar forma e função semântica. Nesse sentido, por exemplo, associam aos adjuntos sentenciais as noções de consequência, condição, concessão. Aos adjuntos encabeçados por uma preposição – tendo um SN ou uma sentença como complemento –, são associadas noções como *causa, finalidade, lugar, modo, companhia, instrumento*. Já os advérbios são relacionados às noções de aspecto, intensificação, modalização e focalização. A seguir, as autoras relacionam a posição dos adjuntos com sua forma/função. Assim, os adjuntos sentenciais, tanto os encabeçados por complementizador, quanto os encabeçados por preposição, podem ocupar, em relação à oração matriz, a posição inicial, final ou ainda variar entre essas duas posições. Já os Spreps tendem a ocorrer ou em posição inicial ou final, exceto os locativos, que parecem preferir a posição final e os temporais, que tendem a aparecer no início da sentença. Por último, os advérbios temporais são descritos como adjuntos do SFlex, em posição inicial ou final. Já os aspectuais podem ocorrer antes, depois ou ainda entre verbos (no caso das locuções verbais). Os modalizadores, em consonância com outras categorias modalizadoras como os verbos auxiliares modais, tendem a se adjungir em posição pré-verbal. Quanto aos focalizadores, categoria que inclui os intensificadores e os operadores de inclusão/exclusão, as autoras atestam seu aparecimento em posições variadas. Na última seção, as autoras fazem uma sistematização formal dos adjuntos descritos no capítulo. Merecem destaque duas discussões interessantes nesse ponto. A primeira diz respeito ao comportamento da negação, que apresenta posição fixa, além de inverter o valor de verdade da sentença. Além disso, a negação pode se cliticizar, sofrendo perdas fonológicas e se apoiando em outro elemento. A segunda discussão recai sobre a necessidade de se ter uma nova categoria funcional que contemple o sintagma aspectual, dado que as línguas naturais dividem os eventos em *perfectivos* e *imperfectivos*. Fi-

nalmente, as autoras mostram de que maneira os adjuntos constituem um ambiente sintático do qual não se podem extrair elementos – razão pela qual são chamados “ilhas” sintáticas.

No quarto capítulo, *As construções-Q no português brasileiro falado*, os autores – Braga, Kato & Miotto – tratam das sentenças encabeçadas por elementos Q- localizados na periferia esquerda da sentença, como é o caso das relativas, das estruturas clivadas e das interrogativas parciais. Na primeira seção, mostram como se comportam as relativas, dividindo-as em relativas com núcleo nominal e relativas livres. A seguir, os autores descrevem as estruturas clivadas, pouco exploradas pelas gramáticas tradicionais: trata-se de um mecanismo de focalização de um sintagma da sentença. Dessa maneira, os autores definem a noção de foco, apresentam os tipos de clivadas, começando pelas clivadas canônicas pessoais, em que há flexão da cópula, e impessoais, preferidas no PB. Depois, tratam das clivada invertidas, em que o termo clivado se localiza antes da cópula, e das clivadas reduzidas, as que aparecem sem cópula. Outras estruturas abordadas pelos autores são a pseudo-clivada, em que o sujeito é uma relativa livre, a pseudo-clivada reduzida, em que o pronome-Q é omitido, e a pseudo-clivada invertida, em que o elemento focalizado se encontra antes da cópula. Por fim, os autores mostram a variação encontrada na amostra em análise entre os tipos de clivadas. Na seção seguinte, os autores descrevem as interrogativas-Q, aquelas que demandam respostas correspondentes aos pronomes-Q introdutórios das perguntas. Em seguida, descrevem os tipos de pronomes-Q, efetuando uma divisão entre aqueles capazes de embutir o escopo da resposta e aqueles que não trazem em si o domínio de operação, que apresentam comportamento semelhante ao dos determinantes/quantificadores, associando-se a nomes. Feita essa descrição, os autores passam a se dedicar aos tipos de interrogativas-Q. Mostram as diferenças entre as interrogativas com o pronome-Q *in situ* e deslocado, as interrogativas clivadas e clivadas reduzidas. Finalizando a seção, os autores mostram os resultados das interrogativas-Q encontrados na amostra. A variação encontrada se dá entre a ordem SV/VS, pronome-Q *in situ*/deslocado e interrogativa clivada/não-clivada. Na última seção do capítulo, os autores procedem à sistematização formal dos tipos de construções-Q descritas ao longo do texto. Note-se o fato de que os autores preferem usar, diferentemente daquilo que ocorre nos demais capítulos, representações lineares em vez de representações arbóreas.

Braga & Nascimento, no último capítulo da *Gramática*, têm por objetivo mostrar como se dá *A interação entre adjuntos e discursivos*, buscando localizar as fronteiras que abrigam tais elementos, que tanto podem ser certos adjuntos, como os operadores de foco descritos no quarto capítulo, como outros elementos, entre os quais as chamadas “palavras denotativas”, um ponto de desafio dentro da tradição gramatical. Partindo dos pressupostos – utilizados por Kato & Tarallo em seus trabalhos de pesquisa – de que os enunciados disponíveis na Língua-E são fruto de (a) *fatores categóricos* advindos da Língua-I que viabilizam sua produção/compreensão e (b) *fatores não-categóricos*, que conferem certa “flexibilidade” às sentenças, possibilitando o surgimento desta ou daquela forma, os autores defendem que se por um lado, os *fatores categóricos* – relações de complementação e predicação – são indispensáveis para a realização das palavras na sintaxe, os *fatores não-categóricos*, os adjuntos e discursivos, são indispensáveis para fazer dos enunciados partes do discurso. Essa concepção permite fazer um estudo da sintaxe dos enunciados ligada à organização discursiva. Para isso, foi utilizado o princípio da *adjacência de caso*, que prevê a impossibilidade de interrupção nas fronteiras de *caso*, a saber, V...C, P...C, Flex...S.

Braga & Nascimento dividem os elementos que promovem a interrupção da sequência linear da frase em duas possibilidades: aqueles ligados à dificuldade de planejamento/processamento (*gaguejos, hesitações, correções e falsos inícios*), determinados por fatores da Língua-E, que não representam impedimento para a legibilidade da estrutura abstrata da sentença e que, por não constituírem elementos que ocupam fronteiras, são imunes ao princípio da *adjacência de caso*, e os adjuntos e discursivos. Os marcadores discursivos, operadores do plano da enunciação, não “ameaçam” a recuperabilidade das funções categoricamente estabelecidas e tendem a ocupar as extremidades das sentenças, ocorrendo tanto na margem esquerda, quanto à direita do Sflex e em seu limite. Quanto à distinção entre adjuntos e discursivos, os autores atestam que: (a) as fronteiras mais internas da sentença são escassamente ocupadas pelos discursivos, enquanto há adjuntos que ocorrem nas mais variadas fronteiras regularmente de acordo com sua forma/função. Os adjuntos podem ocupar a posição à direita do verbo – de complemento – ou a sua esquerda – de sujeito, quando esses argumentos são nulos. Nesse caso, os adjuntos são interpretados como foco ou tópico, respectivamente; (b) discursivos tendem a estar nas posições marginais; (c) as fronteiras não atribuidoras de *caso* são igualmente resistentes à presença de discursivos e adjuntos; (d) na distribuição de ambos, há uma correlação

biunívoca forma/função. Os autores concluem o capítulo atentando para a necessidade de incluir uma apreciação do papel dos elementos discursivos numa análise sintática que compreende a integração dos procedimentos de Adjunção aos de Complementação e Predicação.

Uma vez que dá um tratamento detalhado e cuidadoso, sobretudo ao que diz respeito aos fenômenos efetivamente observados na fala espontânea, o volume traz uma contribuição importante à descrição das propriedades sintáticas do PB, resultando em um excelente material para cursos de sintaxe em nível de graduação e de pós-graduação. Se, a princípio, a obra parece indicada apenas aos olhares mais familiarizados com a orientação teórica que apresenta, o modo como o volume se distribui desfaz essa impressão. Trata-se, pois, de uma obra acessível a todos os que se interessam por estudos gramaticais e pela sintaxe do português: cada capítulo está estruturado de tal forma que o leitor não especialista em teorias mais formais possa usufruir das discussões em torno da tradição gramatical e da tentativa de elucidar questões mal resolvidas, através da análise de dados ilustrativos dos fenômenos apresentados, sem que tenha de se aventurar pelas seções de sistematização formal que fecham cada capítulo. Os interessados em aprofundar seus conhecimentos, terão nessas seções uma preciosa descrição da construção da sentença do PB.

Recebido em maio de 2011
Aprovado em setembro de 2011